

Subcomissão Especial para tratar das assimetrias do Mercosul em relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco Econômico

Relatório da Submerco

I - Apresentação

O Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, como marco regulatório inicial do processo de formação do Mercosul, estabelecia como objetivos maiores a aceleração do desenvolvimento econômico com justiça social, assentada em um processo desejado de coordenação macroeconômica e setorial, com base em princípios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio.

Ademais, o Mercosul também foi estabelecido com base no princípio de reciprocidade, o que implica tratamentos equivalentes e não preferenciais a cada um dos seus estados membros. Neste sentido, a trajetória do Mercosul previa a harmonização de políticas tributárias, agrícolas e econômicas e a adoção de medidas compensatórias para garantia da mesma base legal de competitividade. Estabelecida a igualdade de condições, para os casos de ineficiência previa-se a reconversão das atividades, considerando as aptidões das regiões, a capacidade empreendedora e recursos governamentais destinados para este fim.

Por outro lado, no caso do Mercosul, em função da baixa participação das suas economias no comércio internacional, a formação de um mercado interno livre, com uma tarifa externa comum, incluía como objetivo estratégico a ampliação da capacidade de exportação para terceiros mercados, com base numa ampliação de relações complementares e eficientes entre empresas dos diferentes estados membros.

Em termos gerais, o acordo do Mercosul centrou-se na perspectiva de estabelecer um fluxo livre de comércio entre os estados-membros e o estabelecimento de uma tarifa comum diante de terceiros mercados, com supressão das barreiras do intercâmbio de mercadorias e dos fatores de produção. Entretanto, muitas exceções a estas regras gerais se estabeleceram e tem sido mantidas ao longo dos anos. Entre os diversos exemplos, pode-se citar situações unilaterais, como os casos mais recentes em que a Argentina tem estabelecido cotas para a importação de bens de consumo duráveis.

Após todos esses anos de vigência do Tratado de Assunção, observam-se desequilíbrios setoriais e situações de fluxo de mercadorias que vão de encontro à ideia de reciprocidade, implicando tratamento diferenciado a alguns estados membros, e acarretando prejuízos e ameaças graves a setores e regiões do Brasil.

Os países integrantes do Bloco Econômico possuem estruturas geoeconômicas com enormes diferenças, tanto no que se refere às estratégias e políticas de exportação/importação, mas principalmente em relação à estrutura fisco-tributária de cada membro. Além disso, a não internalização de quase metade das Resoluções aprovadas e a ineficiência do Tribunal Arbitral comprometem o equilíbrio dos acordos e relações comerciais existentes.

Os produtores de alimentos no Brasil mostraram que tem plenas condições de atender às demandas nacionais, com eficiência e qualidade. Entretanto, se comparado com os parceiros do Mercosul, é prejudicado por assimetrias tributárias e de incentivos, que fazem com que a produção agrícola dos países vizinhos tenham custos unitários menores, associados aos preços mais baixos das máquinas, implementos e insumos agrícolas.

Entendemos que não faz sentido a preservação das condições que possibilitam tais diferenciais de preços, e, com o intuito de avaliar a questão, foi instalada a Subcomissão Especial para tratar das assimetrias do Mercosul em relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco Econômico (SUBMERCOSUL) que ora apresenta o seu relatório. O objetivo é o de esclarecer os motivos de tal situação, que tantos prejuízos traz ao produtor e à população brasileira, bem como, propor medidas no sentido de igualar ou pelo menos

aproximar os preços internos daqueles praticados em nossos vizinhos e parceiros.

II - Documentos de Instituição da Subcomissão

Em 6 de abril de 2011, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR aprovou o Requerimento nº 24/2011, que propõe a criação de Subcomissão Especial para tratar das assimetrias do Mercosul com relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco – SUBMERCOSUL. A Subcomissão foi instalada em 15 de junho de 2011, quando foram eleitos Presidente, Vice-Presidente e designou-se o Relator.

III - Composição da Subcomissão

Subcomissão Especial para tratar das assimetrias do Mercosul em relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco Econômico SUBMERCOSUL – 2011

Presidente: Deputado **Reinaldo Azambuja** - PSDB/MS

Vice-Presidente: Deputado **Moreira Mendes** - PPS/RO

Relator: Deputado **Luis Carlos Heinze** - PP/RS

ESPELHO DA SUBCOMISSÃO	
TITULARES	SUPLENTE
PT	
Assis do Couto PT/PR 428-IV	Bohn Gass PT/RS 473-III
PMDB	
	Alceu Moreira PMDB/RS 445-IV
PSDB	
Reinaldo Azambuja PSDB/MS 572-III	Luiz Nishimori PSDB/PR 220/IV
PP	
Luis Carlos Heinze PP/RS 526-IV	
DEM	
Onofre Santo Agostini DEM/SC 404-	Luiz Carlos Setim DEM/MG 901-IV

PR	
PSB	
PDT	
Dilceu Sperafico PP/PR 746/IV	Giovanni Queiroz PDT/PA 618-IV

IV - Plano de Trabalho

Em 10 de agosto de 2011, a CAPADR aprovou o Requerimento nº 92/2011, relativo à proposta de trabalho da SUBMERCO.

I - Objetivo

Analisar as diferenças de preços praticados no Brasil em comparação aos países membros do Mercosul das máquinas, implementos e insumos agropecuários, custo de produção, carga tributária, entre outros e propor medidas que possam corrigir essas distorções e dar condições de competitividade aos agropecuaristas brasileiros.

II - Objetivos específicos:

Pesquisar, analisar e apresentar diagnóstico detalhado sobre as assimetrias do Tratado de Assunção que prejudicam o setor rural brasileiro, em detrimento de outros segmentos da economia;

Discutir o tema à luz do interesse nacional com o objetivo de expansão da produção agropecuária e das exportações de alimentos e matérias primas pelo setor rural brasileiro;

Examinar as distorções que envolvem o Mercosul e sugerir a adequação e equiparação, ao governo federal ou por iniciativa do próprio Poder

Legislativo, dos custos de produção agropecuária e carga tributária dos países membros do bloco econômico.

III – Roteiro

- debater e aprovar o Plano de Trabalho da Subcomissão;
- convocação de Reunião Ordinária para constituição de grupo de assessoramento técnico para os trabalhos da Subcomissão;
- promover reuniões ordinárias semanais a ser definido pelos membros;
- propor medidas legislativas e administrativas.

III - Atividades:

- audiências públicas na Câmara dos Deputados;
- reuniões estaduais e regionais;
- reuniões e audiências em ministérios e órgãos do governo;
- reuniões e audiências com entidades do setor produtivo;
- reuniões com a representação dos países membros do Mercosul – Embaixadas, parlamentares, governo, secretarias e entidades privadas.
- Instituições e Entidades a serem Convidadas para as Audiências Públicas.

No âmbito do setor público: ministérios da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; do Desenvolvimento Agrário; das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; Casa Civil; Receita Federal; secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Banco central; Universidades e outras, que poderão ser sugeridas pelos membros da SUBMERCOSUL.

No âmbito do setor privado: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e suas federações; Confederação Nacional da Indústria (CNI) e suas federações; Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas federações; Sociedade Rural Brasileira (SRB); Organização das Cooperativas Brasileiras; Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul; Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja); Associação Brasileiras do Agronegócio (ABAG); Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Instituto Aço

Brasil; Fundação Getúlio Vargas (FGV) e outras entidades que poderão ser sugeridas durante a realização dos trabalhos.

V - Audiências Públicas

Para atender aos objetivos propostos no Plano de Trabalho, a SUBMERCOSUL realizou três audiências públicas, ouvindo representantes de órgãos públicos e do setor privado. A seguir relatamos os principais pontos e propostas apresentadas nas audiências:

1ª audiência pública: 10/08/2011

Tema: debater as assimetrias do Mercosul em relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco Econômico, na visão de entidades representativas de produtores rurais, cooperativas e trabalhadores na agricultura.

Convidados: representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul. Foi também convidado representante da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, que não compareceu.

Observações: Os depoentes afirmaram que o governo brasileiro tem feito concessões às outras partes no Mercosul, em prejuízo do setor agropecuário nacional (com suposto benefício do setor industrial); países do Bloco têm descumprido acordos e exportado grandes quantidades de lácteos, além do arroz, alho e outros produtos para o Brasil. Ao mesmo tempo, com a produção interna, há excesso de arroz e outros produtos no mercado e consequente redução dos preços. A agricultura brasileira é onerada por alta carga tributária, elevados custos de transporte, armazenamento, problemas portuários, etc. Assim, torna-se mais barato importar-se arroz, trigo, milho e outros produtos do Mercosul que adquiri-los no mercado interno.

2ª audiência pública: 17/08/2011

Tema: diferenças nos custos de produção dos defensivos, fertilizantes, máquinas, e outros produtos no Brasil e no Mercosul.

Convidados: representantes da Associação de Misturadores de Adubos do Brasil; da Associação Nacional para Difusão de Adubos; do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – Sindag; da Associação Nacional de Defesa Vegetal e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul.

Observações: Os depoentes revelaram que o consumo de fertilizantes tem crescido e tende a crescer no Brasil, sendo a matéria-prima relativamente escassa no mundo; logo, o aumento dos preços dos fertilizantes é um problema mundial. Os preços dos produtos fitossanitários, no entanto, são muito mais elevados no Brasil que nos países do Mercosul e em outros países do mundo, podendo, em alguns casos, chegar ao dobro. A diferença é atribuída à legislação brasileira, que impõe um processo demorado e oneroso para o registro desses produtos. O registro de agrotóxicos equivalentes (com o mesmo ingrediente ativo que outros já registrados) é também moroso e burocrático.

3ª audiência pública: 7/12/2011

Tema: debater sobre a assimetria no Mercosul e tributação de produtos brasileiros, principalmente do arroz e do trigo, em relação aos países do Bloco.

Convidados: representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul – Farmasul; da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – Farsul; e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Observações: Os depoentes discorreram acerca dos custos de produção do trigo e do arroz, que no Brasil são mais elevados que na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. As principais causas são: a tributação excessiva (sobretudo no âmbito estadual: o ICMS), a deficiência de infraestrutura (escassez de ferrovias, elevado custo do transporte rodoviário, elevados custos portuários), a proibição de embarque de cargas em navios de outros países para transporte de cabotagem. Há diferenças significativas nos preços das máquinas agrícolas, sendo cerca de 20% mais elevados no Brasil. O agricultor brasileiro paga quase quatro vezes mais por megawatt de energia elétrica que os agricultores paraguaios e argentinos. Reivindicam formas de compensação, ao produtor nacional, dessas desvantagens comparativas,

observando-se que, na Argentina, há um programa de compensação fiscal denominado “reintegro”.

VI - A questão das assimetrias do Mercosul com relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco:

Aubos

Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil (AMA Brasil)

No dia 17 de agosto de 2011, o Senhor Carlos Eduardo Florence, diretor executivo da AMA Brasil, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, comentando as assimetrias do Mercosul, sob a ótica dos misturadores de fertilizantes.

Ao todo, apresentou 30 slides ilustrando a evolução do balanço de oferta e demanda mundial de fertilizantes (2006 a 2010), o balanço de oferta e demanda de fertilizantes no Mercosul, e no mercado nacional correlacionando-os aos acréscimos expressivos em produtividade de cereais, oleaginosas e fibras.

Apresentou a evolução da precificação dos fertilizantes no mercado internacional, em especial, nos países do Mercosul.

Informações sobre a previsão do consumo das principais matérias-primas que compõe os principais fertilizantes também foram apresentadas. Comentou em 2015 um consumo mundial da ordem de 189,9 milhões de toneladas de NPK, aumentos de 8,3% em comparação a 2011 (175,3 milhões de toneladas de NPK).

Não apresentou slides e informações que elucidassem as assimetrias negociais de fertilizantes nestes países.

Em 13 de setembro de 2011, enviou Ofício AMA nº 96/2011, ao relator desta Comissão, Deputado Luis Carlos Heinze.

Detalhou a formação dos preços de fertilizantes, bem como a composição dos custos diretos para os agricultores, consumidores finais, compostos em função dos preços determinados pelo mercado internacional, mais os valores logísticos envolvidos, bem como taxas e impostos agregados. Quanto a determinação dos preços finais, utilizando os parâmetros convencionais do mercado livre e da concorrência, estabelecem suas ofertas com base nos similares importados, demonstrando uma forte correlação positiva com preços internacionais finais.

Este referencial tende a permanecer inalterado, independente do nível de participação entre a produção nacional e o similar importado. Comentou que não se deve esperar com aumento da oferta doméstica de fertilizantes que os preços se descolem ou mesmo se reduzam dos valores internacionais.

Apresentou dados demonstrando a forte dependência brasileira em relação ao mercado internacional, ou seja, de 2006 a 2010, apenas 30% de toda matéria-prima foi originada em território nacional, contra 70% importada.

Reiterou os gargalos logísticos e com muitos desafios a superar. Sob essa ótica, considerou a incidência de custos sobre os navios parados (demurrage), altas despesas operacionais para descarga muito maiores do que em terminais de outros países e, não menos importante, rodovias, ferrovias e hidrovias incompatíveis com o papel que o país tem de ocupar no cenário internacional do agronegócio.

Tratou das questões de assimetria apenas no parágrafo onde menciona que em países como Uruguai e Argentina, vizinhos e concorrentes, as movimentações tanto dos insumos como dos produtos agrícolas, após suas colheitas, se processam em distâncias muito menores dos portos e com custos muito menores.

Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA)

O Senhor David Roquetti Filho, diretor executivo da Anda corroborou as informações do representante da AMA e concentrou sua fala nas questões envolvendo infraestrutura/logística.

Ao abordar o primeiro tema “gargalos logísticos” mencionou estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração de Empresas (Coppead), da Universidade Federal do Rio de Janeiro que mensurou em R\$ 380 bilhões os custos logísticos, representando aproximadamente 12,6% do PIB. Salientou que o item de maior peso é sem dúvida o transporte com 7,5%.

Expôs uma breve análise comparativa junto aos Estados Unidos. Considerou seus custos 31,7% menores, com redução também significativa de 33,3% ao tratar apenas o segmento transporte.

Mencionou que os gargalos logísticos estão concentrados nos modais rodoviário, ferroviário, portuário e aeroviário, em especial, no rodoviário por concentrar 80% do transporte de cargas do país. Segundo ele, nos Estados Unidos a participação do modal rodoviário no transporte de cargas atinge apenas 26%, enquanto na Austrália, apenas 24% e apenas 8% na China, ou seja, com distribuições muito melhor equilibradas.

Reiterou que do total das estradas federais brasileiras (118,9 mil Km), apenas 52% são asfaltadas (61,9 mil Km). Acirrando os problemas logísticos, mencionou ainda que apenas 4,5 mil Km apresentam pistas duplas. O restante, 56,5 mil Km são formados por pistas simples.

Comentou que apenas 50% das rodovias sob jurisdição federal estão em bom estado de conservação, 35% em estado regular e os 15% restantes em más condições de tráfego.

Segundo o palestrante, o setor agrícola é o setor mais dependente dos modais rodoviários, tanto no recebimento de insumos quanto para o escoamento da produção para os mercados internos e externos.

Por esse motivo, a eficiência do transporte rodoviário tem seus fortes impactos na renda dos produtores agrícolas brasileiros e na lucratividade de suas exportações.

Por fim, considerou que o gargalo logístico envolve praticamente toda a infraestrutura de transporte do país e, que, embora as ferrovias tenham recebido investimentos a partir da privatização, ainda estão longe de suprir a demanda do agronegócio brasileiro, se consolidando como uma alternativa viável ao transporte rodoviário. Ao mesmo tempo, deixa-se de utilizar transporte de grande potencial, como é o caso dos 42 mil Km de hidrovias (apenas 10 mil Km são efetivamente utilizados).

No transporte marítimo de cabotagem (outro canal listado como grande potencial no Brasil) assiste-se situação semelhante. Embora a privatização tenha contribuído para a modernização dos portos, o excesso de mão de obra chega a ser de três a nove vezes superiores aos dos portos europeus e sul americanos e ainda mantém baixos padrões de produtividade. Enquanto o índice internacional de movimentação é de 40 contêineres/hora, nos portos brasileiros essa média cai para 27 contêineres/hora.

Máquinas

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)

O representante do departamento de competitividade, economia e estatística da Abimaq, enviou apresentação com 26 slides comentando o peso dos principais componentes do custo Brasil, (Tabela 01). Segundo ele, o custo Brasil possui impacto muito negativo no setor “indústria”, depreciando em 43,85% a sua receita líquida, restringindo consideravelmente a competitividade quando comparados a países como Estados Unidos e Alemanha.

Tabela 01. Diferenciais de competitividade – componentes do Custo Brasil.

Componentes	Justificativa
Custo Brasil (43,85%)	- Diferencial de custos entre a indústria brasileira e seus principais concorrentes internacionais.

Impostos não recuperáveis na cadeia produtiva (2,98%)	- Estudo publicado pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp – identificou o montante de tributos não recuperáveis embutidos nos insumos das empresas industriais brasileiras, excluindo gastos com pessoal.
Encargos sociais e trabalhistas (3,99%)	- Admite que 22,5% dos gastos com pessoal da indústria brasileira não são recuperados pelo produtor, o que projeta na indústria brasileira o acréscimo e 3,99% aos seus custos de fabricação que não incidem nas indústrias dos países concorrentes.
Logística (1,9%)	- Estudo publicado pelo Centro de Estudos em Logística da Coppead-UFRJ. Mostra que as maiores empresas do Brasil possuem um custo de logística na ordem de 7,5%. Quando avaliados em relação ao PIB no Brasil, o custo eleva-se para 11,7%, cerca de 25% superior ao dos Estados Unidos.
Impacto de juros sobre o capital de giro (9,56%)	- Estudo realizado pelo Departamento de competitividade e tecnologia da Fiesp revela que os juros reais praticados no Brasil foram aproximadamente 30% acima dos praticados em países concorrentes (análise de juros e spread bancário).
Burocracia e custos de regulamentação (0,40%)	- Estudo publicado pelo Banco mundial revelou que a indústria brasileira gasta 2.6 mil horas por ano somente com pagamento de impostos, enquanto os países concorrentes aproximadamente 433 horas.
Custo de investimentos (2,8%)	- O preço líquido do investimento fixo

Custo de insumos básicos (24,01%)	em máquinas e equipamentos é cerca de 25% maior que dos concorrentes internacionais. - Subdivididos em estruturais (5,05%), subsistemas mecânicos (5,29%), subsistemas hidráulicos e pneumáticos (3,86%), subsistemas elétricos (3,24%), diversos (1,74%) e materiais auxiliares de fabricação (0,98%)
-----------------------------------	--

Fonte: Abimaq.

A segunda parte abordada refere-se às políticas industriais, subdividindo-as em 5 modalidades:

1. Estratégias – foco na eliminação de exceções e regulamentação do conteúdo nacional e do poder de compra do Estado;
2. Geração e transferência de conhecimento – foco na engenharia básica nacional, criação de centros de excelência, redes de cooperação e absorção de tecnologias;
3. Recursos humanos – foco no Plano Nacional de Qualificação Profissional;
4. Cadeias produtivas – Incentivos via REPETRO/REIDI/REPORTO foco no adensamento e reestruturação, além de eliminação de gargalos;
5. Financiamento – foco na permanência de financiamentos competitivos ao setor.

Ao tratar o terceiro tema considerou os aspectos do câmbio, reiterando que embora o câmbio não seja considerado diretamente como componente do “custo Brasil”, a forte apreciação do Real nos últimos anos reduziu mais ainda a competitividade da produção brasileira, na medida em que deixa de ser utilizado, ainda que transitoriamente, para compensar as deficiências sistêmicas do país.

Por outro lado a incidência “em cascata” do “custo Brasil” reduz progressivamente a competitividade dos produtos Brasileiros a medida que a cadeia produtiva se ramifica.

Desta forma, somando os demais componentes listados anteriormente ao câmbio apreciado pode facilmente explicar a tendência do país em se caracterizar como exportador líquido de produtos primários e semi-manufaturados e importador dos produtos mais elaborados e de tecnologia mais avançada.

Setor produtivo

Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso do Sul (Aprosoja Mato Grosso do Sul) e Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (Famasul)

O presidente da Famasul, senhor Almir Dalpasquale, participou das discussões da Subcomissão Especial para tratar das assimetrias do Mercosul em relação aos produtores brasileiros e aos do Bloco Econômico, no dia 07 de dezembro de 2011.

Iniciou sua apresentação mostrando a evolução da carga tributária total brasileira em relação ao PIB. Segundo ele, os valores cresceram a taxas muito elevadas, uma vez que na década de 40 participava com apenas 14,2%. Na década de 50 passou para 16,4%. Nas décadas seguintes 60, 70, 80, 90 e 00 tiveram uma forte evolução passando para 20%, 25,2%, 25,2%, 27,2 e 33%, respectivamente. A média geral no período situou-se em 23,9%.

Fez uma breve comparação entre carga tributária total (% em relação ao PIB em alguns países selecionados), conforme Tabela 02.

O Brasil situa-se na 9ª posição e com a sua carga tributária 17,24% mais alta do que a Argentina, que se apresenta na 6ª posição. Tais informações já detalham, segundo Senhor Almir Dalpasquale, indicadores de incongruência em termos de competitividade.

Tabela 02. Carga tributária total (% do PIB nacional – países selecionados) em 2008.

Ranking	Países	% do PIB Nacional
1º	Índia	12
2º	Japão	18
3º	China	20

4°	Rússia	23
5°	USA	27
6°	Argentina	29
7°	Canadá	32
8°	Espanha	33
9°	Brasil	34
10°	Alemanha	35
11°	OCDE*	36
12°	Inglaterra	36
13°	Israel	37
14°	Portugal	37
15	Hungria	40
16	França	43
17	Itália	43
18	Suécia	47

* - Média dos países membros – Organização econômica composta basicamente pelos países mais desenvolvidos.

Fonte: OCDE Statistics/FMI/Ministério da Fazenda Nacional.

Soja

Fez um breve relato sobre os custos de produção no Brasil, comparando-os aos custos dos grandes players mundiais (Argentina e Estados Unidos).

Neste contexto, os argentinos foram os produtores mais competitivos, atingindo patamares de US\$ 600/ha, seguidos pelos produtores norte americanos (US\$ 710/ha). Os produtores brasileiros atingiram custos médios de US\$ 850/ha.

Ficou evidente que o Brasil apresentou os maiores desembolsos na aquisição de insumos (duas vezes maior em relação aos concorrentes), despesas com mão-de-obra, com diesel e com depreciação do parque de máquinas, enquanto os Estados Unidos, com o custo de oportunidade da terra, depreciação do parque de máquinas e insumos (magnitude menor do que a do Brasil). A Argentina se destacou apenas por apresentar os custos com serviços terceirizados maiores do que os dois países concorrentes.

Ampliando o leque de especificidades, os dispêndios com fertilizantes e fungicidas para os produtores brasileiros apresentaram pesos muitíssimo elevados, comparativamente aos demais. A única despesa que se configurou mais impactante para os Estados Unidos foi a despesa com

aquisição de sementes. Despesas com herbicidas foram relativamente homogêneas entre os três países.

Em resumo, após análises dos dados apresentados, conclui-se que os custos totais de produção do Brasil são 1,5 vezes maiores do que os da Argentina, que evidencia a maior competitividade deste país em relação a produção brasileira.

Trigo

Foram apresentadas informações sobre os custos de produção de trigo para os principais produtores mundiais. Os países analisados foram Argentina, Brasil, Canadá, Alemanha, França e Rússia. Os itens de custos avaliados foram insumos (sementes, fertilizantes, herbicidas, fungicidas, inseticidas), despesas financeiras, secagem/armazenagem, despesa com mão de obra, depreciação, irrigação, serviço terceirizado, custo da terra, seguro agrícola, despesas com diesel e outros.

As maiores despesas foram concentradas nos países da Alemanha e França, seguidas pelo Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá e Rússia.

Novamente, evidencia-se uma maior competitividade da Argentina comparativamente ao Brasil, especialmente, pelos maiores dispêndios com fertilizantes, sementes, herbicidas (28% maior) e fungicidas (34,7% maior).

Quando na análise dos custos totais médios em US\$/tonelada percebe-se que as regiões mais produtivas da Argentina atingem US\$163,15/t enquanto as regiões mais produtivas do Brasil chegam a atingir US\$ 374,7/t, ou seja, dispêndios 2,29 vezes maiores para os produtores brasileiros, o que demonstra a existência real de fortes assimetrias que distorcem a competitividade dos produtores rurais brasileiros.

Máquinas e Equipamentos

Ao analisar os custos de aquisição de tratores agrícolas (100hp, 120hp e 170hp) no Uruguai, Paraguai e Brasil, países que compõe o Bloco Mercosul, concluiu-se que os maiores custos foram encontrados no Brasil, em

média, 30,34% para tratores menos robustos e 11,1% para máquinas mais robustas.

Quando se analisa os diferenciais de preços de aquisição de colhedoras de mesma potencia, valorando-as na mesma unidade de moeda, em US\$/unidade, os impactos são ainda muito maiores, exemplificados na Tabela 03.

Tabela 03. Diferenciais de preços de colhedora nos países do Mercosul.

	Uruguai	Paraguai	Brasil
Valor (US\$)	285 mil	298 mil	315 mil

Fonte: MGAP, Dados de pesquisa 2011.

Energia Elétrica

Foi apresentado dados de tarifa industrial de energia elétrica em 28 países. O Brasil situa-se em 4ª posição dentre as tarifas mais elevadas, com R\$329/MWh. Os diferenciais entre a menor tarifa e a brasileira situa-se em 287% mais dispendiosa.

Quando se analisa o valor das tarifas para a América Latina, o Brasil assume o 1º lugar do ranking, conforme Tabela 04.

Tabela 04. Tarifa de Energia elétrica industrial na América Latina.

Ranking	Países	Tarifa média (R\$/MWh)
1º	Brasil	329,0
2º	Chile	320,6
3º	México	303,7
4º	El Salvador	295,3
5º	Colômbia	190,7
6º	Uruguai	179,7
7º	Equador	117,4
8º	Argentina	88,1
9º	Paraguai	84,4

VII - Conclusão

A carga tributária incidente sobre o produtor brasileiro é muito maior que a incidente sobre seus concorrentes. O custo de produção no Brasil é magnificado pelo elevado preço de insumos, como energia elétrica, máquinas agrícolas, fertilizantes e produtos fitossanitários. As deficiências na infraestrutura de armazenamento e transporte oneram significativamente o produto nacional, o mesmo não ocorrendo em outros países do Mercosul. Grandes quantidades de arroz, trigo, alho, lácteos e outros produtos agropecuários tem sido importados pelo Brasil de países do referido Bloco Econômico, acarretando prejuízos aos produtores nacionais.

De acordo com dados do Banco Mundial, Paraguai e Uruguai, juntos, representavam em 2008 menos de 4% da população e menos de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do bloco. Já o Brasil representava cerca de 80% da população e 75% do PIB do Mercosul. Além disso, essas assimetrias não têm sido reduzidas de forma significativa desde o início do processo de integração. Ainda assim, a Argentina e o Uruguai possuem, respectivamente, os dois maiores PIBs per capita e Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do bloco, seguidos de Brasil e Paraguai. Por fim, é significativo que as assimetrias estruturais entre as regiões subnacionais do MERCOSUL sejam igualmente profundas, sendo o PIB per capita do Nordeste brasileiro inferior àquele do Paraguai. Da mesma forma, 16 estados do Norte e Nordeste do Brasil e três estados argentinos apresentam IDHs menores que o Paraguai. Dessa forma, a correlação observada nos membros da UE entre tamanho e riqueza – especificamente entre Alemanha, França e Reino Unido, de um lado, e Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda de outro – não é verificada no Mercosul (GIORDANO, MOREIRA e QUEVEDO, 2004, p. 17).

Os organismos que buscam soluções para as assimetrias no MERCOSUL agem mais no sentido de resolver questões pontuais e de inter-relacionamento no Bloco do que examinar profundamente situações institucionais de cada membro. É comum a discussão a respeito de Tarifa

Externa Comum – TEC – e, inclusive, da criação de mecanismos como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), visando a financiamentos para resolver determinadas questões estruturais.

As discussões visam mais a fortalecer o MERCOSUL como se fosse realmente um instrumento de livre comércio em determinada região geográfica do mundo e menos procurando interferir nos assuntos relativos à competição entre os países que o compõem.

Prepondera a ótica relativa à defesa dos interesses conjuntos e a necessidade de diminuição de assimetrias para o fortalecimento do Bloco com menor preocupação referente às transações entre os países dele componentes. Discute-se muito, neste momento, o relacionamento comercial Brasil e Argentina. O assunto tem menos a ver com o MERCOSUL e mais com as políticas econômicas de cada um dos mencionados países.

Apenas exemplificativamente, dados atualizados demonstram que enquanto o Brasil tem um superávit de U\$ 5,8 bilhões nas suas transações com a Argentina, o Rio Grande do Sul tem um déficit de U\$ 2,1 bilhões.

É obvio que enquanto o MERCOSUL cria facilidades para as transações comerciais entre seus integrantes, estados brasileiros que são diretamente competidores com países-membros podem sofrer prejuízos econômicos. Neste sentido, são fundamentais a discussão e a busca de soluções para que a competição não prejudique o escopo maior que é o de fortalecimento comercial da região.

No entanto, é necessário que, no exame deste relacionamento comercial entre os países-membros, não percamos de vista que algumas soluções dependem de decisões nacionais e não do conjunto.

Tomemos, exemplificativamente, a cabotagem, no transporte marítimo, e os sistemas tributários.

Os custos exorbitantes resultantes da reserva de mercado no transporte de cabotagem tem origem na legislação brasileira. Os outros países do MERCOSUL não influem nas decisões a respeito do assunto. É uma situação que tira competitividade, pois regiões do Brasil podem ser atendidas

com custos mais baixos na demanda por produtos originários de outros países componentes do Bloco e que podem transportar sem amarras de “reserva de mercado”. Os custos com transporte tiram a possibilidade de competição para estados brasileiros que tem excedentes de produtos também ofertáveis por outros países do Bloco.

No caso da tributação, o Brasil é um país de sistema tributário altamente complicado. Alguns dizem que temos carga tributária alta, o que é verdade. No entanto, a complicação resultante do sistema tributário brasileiro faz com que tenhamos persistente deterioração da qualidade do mesmo, o que prejudica a eficiência.

Por sua complexidade tributária, o Brasil não tem condições de cobrar simetria dos outros países. Precisa corrigir suas distorções. Nos parceiros do MERCOSUL o Imposto de Valor Agregado – IVA – tem forte expressão no conjunto das receitas públicas. Os sistemas tributários tem mais racionalidade. No Brasil temos, sobre o valor final dos produtos, impostos e contribuições como ICMS, PIS/COFINS, IPI e outros.

De outra parte, temos Lei Kandir retirando tributação das exportações, mas dificultando o uso de créditos ocorridos durante o processo produtivo.

No caso específico do MERCOSUL, se avaliarmos as máquinas e implementos agrícolas para argumentar veremos que as produzidas em nosso território e aqui vendidas tem incidência dos tributos, mas se forem exportadas não haverá recolhimento de ICMS e também de outros encargos tributários recolhidos pela União.

Diante disto, o bem é vendido para o exterior com carga fiscal significativamente menor do que a que ocorre em operações internas. O produtor argentino ou de outros países do MERCOSUL compra máquinas e equipamentos produzidas no Brasil por valores inferiores aos pagos por brasileiros. É apenas um exemplo.

Esta legislação, no entanto, não decorre do MERCOSUL e a Lei Kandir, no agronegócio, favorece significativamente algumas áreas, prejudicando outras. Desta forma, na questão tributária, não é a legislação dos

outros países que causa os maiores percalços para produtores brasileiros no que se refere ao MERCOSUL, é a complexidade da legislação brasileira.

Como forma de corrigir parte dessas distorções e tornar o setor rural brasileiro mais competitivo, proponho que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural desta Casa, elabore indicação a Casa Civil e ministérios da Fazenda, Planejamento, Minas e Energia, Agricultura Pecuária e Abastecimento e Transportes relatando o trabalho desta subcomissão e sugerindo as seguintes ações do governo de acordo com cada Pasta:

- a) Redução da carga tributária incidente sobre máquinas e implementos agrícolas, capaz de dar isonomia entre os países do Mercosul, já que há comprovação de que nossos produtores pagam 20% a mais por esses equipamentos se comparados aos dos vizinhos membros do Bloco.
- b) Promover um programa de incentivo de forma a permitir a redução da dependência de NPK importado de outros países – hoje apenas 30% da demanda nacional é produzida no país.
- c) A exemplo de outros segmentos da economia, que o governo federal promova a desoneração do óleo diesel utilizado na produção de alimentos. O impacto desta medida em muito irá contribuir com a redução dos custos de produção e em quase nada irá comprometer as finanças do País. Dos mais de 41 bilhões de litros do combustível consumidos Brasil, apenas 3,2 bilhões de litros – pouco mais de 7% - foram utilizados na produção de arroz, soja, milho, trigo, algodão e feijão. Os seis produtos são responsáveis pela produção de 97,9% da produção brasileira de grãos.
- d) Solução para os gargalos logísticos nos modais rodoviário, ferroviário, portuário e aeroviário, em especial, no rodoviário que concentra 80% do transporte de cargas do país.

- e) Reduzir a incidência de custos sobre os navios parados (demurrage) e das altas despesas operacionais para descarga muito maiores do que em terminais de outros países. Também cobrar maior agilidade para a movimentação de contêineres. Enquanto o índice internacional é de 40 contêineres/hora, nos portos brasileiros essa média cai para 27 contêineres/hora
- f) Buscar medidas para solucionar o problema das rodovias federais. Dos 118,9 mil Km de estradas, apenas 52% são asfaltadas - 61,9 mil Km – e apenas 4,5 mil Km apresentam pistas duplas. Destacar que apenas 50% das rodovias sob jurisdição federal estão em boas condições de trafegabilidade, 35% regular e 15% em más condições.
- g) Criar programa de redução da energia elétrica rural. O agricultor brasileiro paga quase quatro vezes mais por megawatt desse insumo do que os agricultores paraguaios e argentinos.
- h) Extinguir a cobrança do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) incidente sobre o valor do frete marítimo;
- i) Consolidar a alíquota zero nas importações de fertilizantes (matérias-primas e formulações), constantes da lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC);
- j) Reduzir os custos infraestrutura e logística, em especial os custos portuários;
- k) Isentar a cobrança de impostos para a produção e comercialização de fertilizantes, defensivos e sementes.
- l) Alterar da legislação vigente (Decreto Lei 227, de 1965), estabelecendo prazos mínimos para o início de exploração de lavras, de forma a gerar condições de que outras empresas

atuem na produção da matéria-prima para atender a demanda do mercado interno;

- m) Criar de linhas de crédito às cooperativas e aos produtores rurais para financiar a instalação de plantas industriais de produção e/ou misturadoras de fertilizantes;
- n) Estabelecer linhas de crédito para produtores rurais e cooperativas com o objetivo de financiar as importações diretas de matérias-primas básicas, intermediárias e de fertilizantes simples e misturados;
- o) Estabelecer acordos comerciais entre o Brasil e outros países produtores de fertilizantes visando dar condições de acesso a importação direta, a produtores rurais, a cooperativas e a misturadoras de matérias-primas; e
- p) Incentivar parcerias de produtores rurais e de cooperativas com a Petrobrás visando a compra direta de nitrogenados, por meio de uma política de comercialização e de preços não discriminatórias.

Sala da Comissão, em de 2013

Deputado LUIS CARLOS HEINZE
Relator